



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI  
GABINETE DO PREFEITO



**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 204/2022**

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI	
Processo : 010909	Data : 07/12/2022 15:05:18
Solicitação : VETO TOTAL PROJETO DE LEI 204/2022	
Requerente : EXECUTIVO	
Súmula : EQUIPARA A PESSOA COM DOENÇA RENAL CRÔNICA PARA FINS DE ACESSO AO PERCENTUAL LEGAL DE VAGAS ESTACIONAMENTO	

**EMENTA: “EQUIPARA A PESSOA DIAGNOSTICADA COM DOENÇA RENAL CRÔNICA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD, PARA FINS DE ACESSO AO PERCENTUAL LEGAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Senhor Presidente,

Pelo presente, ao receber desta Casa Legislativa o Projeto de Lei epigrafado para respectiva sanção, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal, procuramos analisá-lo atentamente, fazendo com que nossa decisão repousasse na trilha da regularidade e da legalidade.

Em que pese a nobre intenção dos legisladores, convém destacar que o Projeto de Lei não pode ser sancionado.

A proposição pretende ampliar o rol de beneficiários das vagas prioritárias dos portadores de deficiência, determinando ainda, em seu artigo 3º, a obrigação ao município de conceder autorização especial para tal fim, disposição que interfere no contrato administrativo e invade competência do poder executivo.

Observe-se que a proposição esbarra no disposto no art. 61, § 1º, da CF/88, que estabelece a iniciativa privativa para a deflagração do processo legislativo, fixando as disciplinas próprias do Presidente da República, aplicáveis por simetria aos demais entes federados, entre eles o Município de Barra do Piraí:

*Art. 61 (...)*

*§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*

*I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;*

*II - disponham sobre:*

*a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;*

*b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;*

*Rita Capato*  
Chefe da Divisão da Secretaria  
de Administração Geral - CMBP  
casalcapato@hotmail.com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI  
GABINETE DO PREFEITO



*c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)*

(...)

2

O conteúdo normativo do Projeto de Lei sob exame, de autoria do Poder Legislativo, **invade a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal**, prevista no aludido art. 61, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, **ao impor normas e regulamentar por via transversa serviço público, o que é de responsabilidade e atribuição do Poder Executivo.**

**O serviço público de estacionamento rotativo conta necessariamente com certa regulamentação para a sua execução e eficiência.**

No caso de Barra do Piraí, a Lei Municipal nº 722/2003 regulamenta o sistema e possibilita a outorga de concessão onerosa para a gestão das áreas de estacionamento rotativo de veículos no perímetro urbano, mediante licitação na modalidade concorrência.

O serviço público, portanto, é delegado a empresa selecionada por procedimento licitatório, perfazendo-se a relação por contrato administrativo, com **cláusulas fixas sobre a forma de prestação do serviço, sobre os custos e a composição das tarifas, CONSIDERANDO OBVIAMENTE O PERCENTUAL DE GRATUIDADE LEGALMENTE previsto, cujas disposições até podem ser alteradas unilateralmente, MAS APENAS POR INICIATIVA DO PRÓPRIO ENTE CONCEDENTE (PODER EXECUTIVO).**

Diante disso, a alteração das regras contratuais sobre a prestação do serviço não cabe ao Legislativo, mas apenas ao Executivo, enquanto esfera de poder responsável pela delegação do serviço de estacionamento rotativo.

Lembre-se, também, que a medida é uma daquelas que tem aptidão para interferir no contrato administrativo, uma vez que a criação de novas vagas prioritárias além do percentual de gratuidade legalmente previsto, acarretará desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, alterando a relação de custos e lucros, o que deve ser implementado por ordem e iniciativa exclusiva do Poder Executivo mediante ações planejadas, sendo o Prefeito a única autoridade legitimada para tanto.

**O CONTRATO DE CONCESSÃO em vigor, derivou do edital de concorrência pública, ao qual está vinculado.**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI  
GABINETE DO PREFEITO



Basta ler as condições do contrato e de seu Edital para perceber que todas as regras da concessão foram estabelecidas, inclusive o número de vagas, respeitando-se os percentuais dedicados aos deficientes físicos e idosos.

Aquele que se sagrou vencedor, por certo, calculou seu investimento e retorno com base nas informações constantes do EDITAL e, posteriormente, de acordo com os termos das cláusulas contratuais.

Mudar as regras da concessão, COM A CRIAÇÃO DE VAGAS GRATUITAS e/ou AUMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DA GRAUITADE EM QUESTÃO, afronta SEGURANÇA JURÍDICA em sobretudo, o direito adquirido.

Assim, considerando ser exclusiva do Poder Executivo a iniciativa para definir a forma de prestação do serviço de estacionamento rotativo, inclusive das hipóteses de isenção tarifária, que deve atender aos termos da Lei Municipal nº 722/2003, sofre de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa o Projeto de Lei 204/2022, sendo juridicamente inviável.

Em última análise, nenhuma legislação tem o condão de impedir a prática de atividade empresarial, porque afrontaria a égide do artigo 170 da Constituição Federal de 1988, que consiste na LIVRE INICIATIVA.

Tal dispositivo, *data venia*, afronta os direitos adquiridos da empresa CONCESSIONÁRIA – afrontando o direito adquirido consagrado no artigo 5º. Inciso XXXVI da Constituição Federal de 1988.

Por todo o exposto com fulcro no artigo 55, § 2º, c/c art. 68, V, da LOM, é o presente para VETAR totalmente o Projeto pautado, ante as razões acima expostas, esperando que essa Casa Legislativa, acolha o respectivo veto, renovando os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Barra do Piraí, RJ, 30 de novembro de 2022.

MÁRIO REIS ESTEVES  
Prefeito

Exmo. Sr. THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
NESTA





**Câmara Municipal de Barra do Piraí**  
**Gabinete da Presidência**



**Lei Municipal nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022**

**EMENTA: "EQUIPARA A PESSOA DIAGNOSTICADA COM DOENÇA RENAL CRÔNICA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD, PARA FINS DE ACESSO AO PERCENTUAL LEGAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A Câmara Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Representante Legal do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, permitir que pessoas diagnósticas com doença renal crônica utilizem as vagas de estacionamento destinadas às pessoas com deficiência - PCD durante as sessões de hemodiálise ou qualquer outra consulta médica relacionada ao tratamento.**

**§1º - Considera-se, para os fins do disposto nesta Lei, pessoa diagnosticada com doença renal crônica: pessoas com transplante renal, pacientes com insuficiência renal crônica, lesão renal progressiva e irreversível da função dos rins em sua fase mais avançada, com identificação no Código Internacional de Doenças (CID) pelos números CID N18.0, N18.9 e Z94.0 (rim transplantado).**

**§2º - Para fins de comprovação da condição de pessoa com doença renal crônica nos termos do §1º, será exigida declaração médica.**

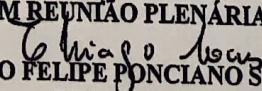
**Art. 2º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado, através do departamento de trânsito responsável, a reservar vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa diagnosticada com doença renal crônica, desde que devidamente identificados.**

**Art. 3º - A Administração Pública deverá fornecer autorização especial para o uso das vagas disciplinadas no art. 2º desta Lei.**

**Art. 4º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.**

**Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**GABINETE DO PRESIDENTE 08 DE NOVEMBRO DE 2022  
(APROVADO EM REUNIÃO PLENÁRIA DE 08/11/2022)**

  
**THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES**  
**PRESIDENTE**

**PROJETO DE LEI Nº 204/2022**

**AUTOR: PEDRO FERNANDO DE SOUZA ALVES**